



Do confessionalismo à crítica: a formação em Serviço Social no Brasil

Malu Ribeiro Vale¹

<https://orcid.org/0000-0002-6780-6901>

Janete Luzia Leite²

<https://orcid.org/0000-0002-6182-2329>

Resumo

Neste artigo analisamos a trajetória da formação profissional em Serviço Social no Brasil, nos debruçando sobre a disputa no interior da ABESS, entre o projeto confessional e crítico. Observamos as estratégias. Para tal, a metodologia que adotamos foram revisão documental e bibliográfica. A partir dessa revisão, conseguimos visualizar as que asseguraram a hegemonia de um modelo de formação confessional até a década de 1950, e que passa a ser disputado a partir dos adventos da reconceitualização que culmina na Virada do serviço social. Também fruto desse movimento nas décadas seguintes é possível a transformação de ABESS em ABESPSS consolidando o projeto crítico na profissão.

Palavras-chave: Formação profissional. Serviço Social. ABESS. ABEPSS.

From confessionalism to critique: the education in social work in brazil

Abstract

This article analyzes the trajectory of professional education in Social Work in Brazil, highlighting the dispute between the confessional and critical projects. The objective is to understand the strategies used to consolidate each of these projects. The methodology adopted includes documentary and bibliographic review. Among the results, we observe that ABESS, initially hegemonic, promoted a training model based on religious values until the 1950s. This hegemony was challenged following the Social Work Turn and the transformation of ABESS into ABEPSS, through which the critical project gained strength by incorporating a materialist interpretation of reality.

Keywords: Professional education. Social Work. ABESS. ABEPSS.

Tramitação:

Recebido em: 25/07/2025

Aprovado em: 15/08/2025

¹ Mestre em Serviço Social PPGSS UFRJ (2024). Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Especialista em Economia e Gestão de Sustentabilidade de Habitação de Interesse Social (IE/UFRJ). Atualmente é assistente social técnica em direitos humanos da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, trabalhando como técnica de referência em diversidade religiosa. Mulher preta de Axé. Tem experiência na área de: Serviço Social, com ênfase em Políticas Públicas e Direitos Humanos, Relações étnico-raciais, Diversidade religiosa, política de Assistência Social e Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE), diversidade sexual e de gênero, Sindicatos, Organização sindical, Organização político sindical, reforma sindical. E-mail: malu.r.vale@gmail.com

² Professora Titular da Escola de Serviço Social da UFRJ. Graduada em Serviço Social pela UFRJ (1986), Mestre em Serviço Social pela PUC/RJ (1991), Doutora em Serviço Social pela UFRJ (1999). Pós-Doutorado em Serviço Social (Capes-Print, 2021) na Universidad de Granada (UGR Espanha). Pós-Doutorado em Políticas Sociais (2022) na Universidade de Aveiro (UA Portugal). Assessora da Coordenação de Saúde do Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro (DESIPE/RJ) de 1992 a 1994. Pesquisadora do Centro Nacional de Referência em HIV/Aids HUGG/UNIRIO de 1987 a 1997. Desde 1997 é professora efetiva da Escola de Serviço Social da UFRJ. Professora Efetiva do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ (Mestrado e Doutorado) desde 2005. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Política Social/UFF (Mestrado e Doutorado) desde 2002. Email: janeteluziaufrj@gmail.com



Introdução

A trajetória da formação profissional em Serviço Social no Brasil tem sido marcada por intensas disputas político-ideológicas que expressam a contraposição entre diferentes projetos. Projetos que buscaram dar a direção aos rumos da profissão desde sua institucionalização, ainda na década de 1930, a formação profissional esteve no centro de um embate que reflete não apenas tensões internas à categoria, mas também os contextos históricos mais amplos do país. A oposição entre um projeto confessional — ligado às origens religiosas e moralizantes da profissão — e um projeto crítico — forjado nos processos de reconceituação e alinhado a uma leitura materialista e histórica da realidade — ilustra com nitidez a disputa pela hegemonia na direção da formação profissional.

Essa polarização, que ganhou corpo a partir da criação da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) em 1946, aprofundou-se nas décadas seguintes, especialmente com o surgimento da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), herdeira das transformações que consolidaram o projeto crítico. A história da ABESS/ABEPSS nos revela não apenas uma disputa por currículos, conteúdos ou metodologias, mas sim, uma disputa sobre a concepção de profissão, homem e sociedade.

Este artigo busca analisar essa disputa pela direção da formação em Serviço Social no Brasil, com ênfase nos momentos de inflexão e nas estratégias adotadas pelas entidades representativas da categoria para consolidar determinados projetos de formação. Revisitar essa trajetória é fundamental para compreender os desafios contemporâneos da formação profissional, em um cenário de permanentes desigualdades e ofensivas neoliberais, que reacendem o debate sobre os fundamentos e finalidades da profissão

A disputa na formação profissional: ABESS e o confessionalismo

A história da formação profissional em Serviço Social no Brasil não pode ser compreendida sem o reconhecimento das disputas político-ideológicas que moldaram seus rumos. Desde sua gênese, a profissão esteve imersa em um campo de tensões marcado por interesses diversos em torno do tipo de profissional que se desejava formar, da concepção de intervenção social e da relação entre o Serviço Social e a sociedade. Nesse cenário, a criação da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), em 1946, representa um marco decisivo na institucionalização de um projeto confessional de formação, que se impôs como hegemônico nas décadas iniciais da profissão.





A fundação da ABESS está diretamente vinculada às resoluções do 1º Congresso Panamericano de Serviço Social, realizado em 1945, quando se discutiu a necessidade de criar associações nacionais capazes de promover o intercâmbio entre escolas e profissionais, fortalecendo a formação e o desenvolvimento da profissão em cada país. No Brasil, essa diretriz deu origem à ABESS, composta inicialmente por três escolas de Serviço Social de orientação confessional, cuja proposta era estabelecer um padrão mínimo de ensino, selecionar estudantes por meio de exames, organizar programas de estágio e garantir um corpo docente majoritariamente composto por assistentes sociais.

Essas exigências, porém, revelavam não apenas critérios técnico-pedagógicos, mas também uma estratégia de exclusão de escolas seculares, que durante anos tentaram filiar-se à ABESS sem sucesso. Ao impedir o ingresso dessas escolas, a associação consolidava sua orientação confessional e mantinha sob seu controle a definição dos rumos da formação profissional no país. Essa seletividade operava como um mecanismo político, e não apenas burocrático, tendo como objetivo preservar a hegemonia de um modelo de formação ancorado em valores religiosos e moralizantes.

O alinhamento da ABESS a um projeto confessional se expressava tanto na estrutura curricular quanto nas práticas institucionais das escolas vinculadas. Até o início dos anos 1950, o Serviço Social brasileiro reproduzia, de maneira quase acrítica, modelos europeus e norte-americanos, com forte influência da doutrina católica. Nesse contexto, o papel do assistente social era concebido como o de um agente moralizante, cuja atuação deveria se pautar pela caridade, pela assistência individualizada e por uma perspectiva normativa da intervenção.

Essa concepção da formação foi desafiada progressivamente por escolas e profissionais que defendiam a secularização da profissão, sua aproximação com as ciências sociais e a constituição de uma base teórica e metodológica crítica. O 2º Congresso Panamericano de Serviço Social, realizado no Rio de Janeiro em 1949, já evidenciava esses tensionamentos. Nesse evento, discursos como o de Alceu Amoroso Lima apontavam para a necessidade de uma “terceira via”, que evitasse tanto o conservadorismo estéril quanto rupturas totalitárias, sinalizando um campo de disputa em formação.

A recusa sistemática da ABESS em incorporar escolas seculares e vozes dissidentes não impediu, no entanto, o avanço de um projeto crítico de formação. O processo de regulamentação do ensino de Serviço Social no Brasil, com o Decreto n.º 35.311/54 e a Lei n.º 1.889/53, impôs exigências legais mínimas para o funcionamento das escolas, o que





obrigou a ABESS a abrir espaço, ainda que a contragosto, para instituições até então excluídas. Essa regulamentação estatal contribuiu para romper, ao menos formalmente, o monopólio confessional sobre a formação profissional.

Ainda assim, a ABESS manteve por anos sua posição de liderança na organização do ensino de Serviço Social, atuando na formulação de currículos, na realização de congressos e na articulação com outras entidades da categoria. Ao lado da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), a ABESS organizou importantes eventos como o Congresso Brasileiro de Serviço Social de 1947 e o 2º Congresso Pan-Americano de 1953, reafirmando seu papel central na condução da formação.

A década de 1950 marcou um período de transição. A crescente influência de assistentes sociais formados nos Estados Unidos introduziu no país novas perspectivas, como a cadeira de “pesquisa e organização da comunidade”, que passou a compor o currículo das escolas. Essa mudança, embora ainda limitada, já indicava um deslocamento da formação para além dos marcos tradicionais do serviço social de caso e grupo.

Apesar disso, foi apenas nas décadas seguintes, especialmente a partir da reconceituação do Serviço Social latino-americano (1965–1974), que o projeto crítico começou a se consolidar como uma alternativa efetiva ao confessionalismo. A ABESS, mesmo sendo a entidade predominante até então, passou a ser contestada por segmentos da profissão que reivindicavam uma formação fundamentada na realidade brasileira, articulada com os processos históricos e sociais que determinam a questão social.

O Seminário de Teorização do Serviço Social de Araxá, realizado em 1967, e os debates que se seguiram nos anos 1970, ampliaram a crítica ao modelo conservador e pautaram a necessidade de reformulações profundas na teoria, na metodologia e na organização do ensino.

Esse acirramento se intensificou no final da década de 1970, culminando no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979), o chamado "Congresso da Virada". A partir desse evento, e das deliberações da Convenção Nacional da ABESS do mesmo ano, começou-se a delinear uma guinada no projeto de formação profissional. Em um movimento de reconfiguração institucional e política, a entidade passou a acolher, ainda que de forma gradual e tensionada, elementos do projeto crítico que se consolidaria na década seguinte com a criação da ABEPSS.





Ruptura e o projeto crítico: ABEPSS e o III CBAS

A trajetória da formação profissional em Serviço Social no Brasil é marcada por momentos de inflexão, nos quais disputas ideológicas e políticas redefiniram os rumos da profissão. Um dos marcos mais significativos dessa trajetória foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), realizado em 1979, amplamente reconhecido como o “Congresso da Virada”. Esse evento simboliza a transição entre o projeto conservador hegemônico nas décadas anteriores e a emergência de uma perspectiva crítica, voltada para a transformação social e o alinhamento da profissão com as demandas das classes trabalhadoras.

A década de 1970 já apresentava sinais de desgaste do modelo tradicional, que, mesmo tendo promovido avanços metodológicos e curriculares, permanecia preso a uma lógica tecnocrática, conservadora e adaptativa. Os Seminários de Teorização de Araxá (1967), Teresópolis (1970) e Sumaré (1978) expressaram, em diferentes medidas, essa tensão. Embora tenham contribuído para sistematizações importantes do pensamento profissional, seus limites também evidenciaram a urgência de uma nova direção político-ideológica. O Seminário de Araxá, por exemplo, destacou a necessidade de vincular o Serviço Social à realidade brasileira, mas sua abordagem ainda conservava uma perspectiva funcionalista. Já Teresópolis, mesmo com um foco metodológico mais estruturado, manteve uma postura conservadora, reforçando os princípios de estudo, diagnóstico e tratamento. O de Sumaré, por sua vez, mesmo sendo mais seletivo e menos diverso, apontou para a necessidade de questionar profundamente a trajetória da profissão, inclusive a partir de uma crítica às tendências modernizadora, conservadora e de ruptura.

Nesse cenário, o III CBAS consolidou um movimento que vinha sendo gestado desde o início da década, representando uma articulação de diversos setores da categoria profissional, como estudantes, docentes, assistentes sociais e entidades sindicais, que questionavam a direção dominante da profissão, expressos na formação e na prática profissional. O Congresso da Virada materializou uma nova correlação de forças no interior da profissão. A mesa de abertura, inicialmente composta por representantes do governo e setores conservadores, foi substituída, ao final do evento, por lideranças sindicais como Luís Inácio Lula da Silva, representantes de movimentos populares como o Comitê Brasileiro de Anistia e entidades como a Associação Popular de Saúde. Esse gesto simbólico traduzia uma ruptura com os modelos tradicionais e a afirmação de um novo projeto profissional.





O III CBAS não foi um episódio isolado, mas o ponto culminante de uma série de articulações e mobilizações. Desde 1973, a categoria vinha se organizando em torno da necessidade de revisão do currículo mínimo e da construção de uma nova proposta formativa. Em 1979, a convenção nacional da ABESS realizada em Natal aprovou a proposta do novo currículo, que seria referendada pelo Conselho Federal de Educação em 1982. Esse novo currículo expressava de forma mais clara o alinhamento da formação com as demandas sociais, a crítica à neutralidade científica e o compromisso com as classes populares.

A virada de 1979 também se expressou na redefinição do papel das entidades representativas da profissão. A ABESS, até então responsável pela coordenação da formação profissional, passou por um processo de reestruturação institucional e política. A partir dessa inflexão, a entidade assumiu uma postura mais articulada com o projeto ético-político que começava a se delinear. Esse movimento culminou, anos mais tarde, na transformação da ABESS em ABEPSS — Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social —, formalizada entre 1997 e 1998, mas cujas raízes estão diretamente vinculadas à virada de 1979.

A transição da ABESS para a ABEPSS foi resultado direto da consolidação de um projeto crítico de formação profissional, que se afastava dos modelos confessionais e conservadores e incorporava uma perspectiva histórica, materialista e dialética. A nova entidade passou a incorporar em sua agenda a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a articulação entre graduação e pós-graduação, e a defesa de um currículo alinhado com a realidade brasileira. Nesse momento é criado o CEDEPSS — Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social —, com maior ênfase sobre a pós-graduação e com o objetivo de reunir, sistematizar e divulgar a produção acadêmica da área, contribuindo para o fortalecimento teórico e metodológico da profissão e integração entre graduação e pós.

Entre as ações mais relevantes da ABESS/ABEPSS no período pós-III CBAS destacam-se a organização dos Encontros Nacionais de Pesquisa em Serviço Social (ENPESS), a elaboração dos Cadernos ABESS e a capacitação de profissionais por meio de cursos e eventos nacionais. Esses espaços foram fundamentais para a consolidação do projeto crítico, permitindo o diálogo entre diferentes segmentos da categoria, a sistematização de experiências e a produção de conhecimento comprometido com a transformação social.

A construção do projeto ético-político profissional também se expressou na revisão do Código de Ética dos assistentes sociais. Em 1986, foi aprovado um novo código, influenciado por um marxismo crítico e por um compromisso explícito com as classes trabalhadoras. Esse





documento, embora ainda limitado em alguns aspectos, já representava um avanço em relação à versão anterior. Em menos de dez anos, a categoria revisaria novamente seu Código, culminando, em 1993, na formulação do Código de Ética Profissional que hoje vigora e que expressa de forma mais clara os princípios da liberdade, da justiça social e da equidade.

A partir do III CBAS e da reorganização das entidades, a formação em Serviço Social passou a ser compreendida não apenas como um processo técnico-pedagógico, mas como um espaço de disputa ideológica. O projeto crítico, ao se consolidar, estabeleceu uma nova concepção de profissional, entendendo o assistente social como sujeito histórico, inserido na luta de classes e comprometido com a transformação da realidade. Essa concepção marca uma ruptura com a dita neutralidade científica, pois, reconhece que toda prática social é também uma prática política.

O amadurecimento do projeto crítico ao longo dos anos 1980 e 1990 permitiu a formulação das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, que expressam de forma mais orgânica os princípios do projeto ético-político. As diretrizes são resultado de processo de mobilização amplo que envolveu oficinas locais e regionais, com sistematizações e debates abertos a diferentes segmentos da categoria. Foram aprovadas oficialmente na Assembleia Geral da ABESS em 1996 e levadas ao Conselho Nacional de Educação no contexto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Ao longo desse processo, a ABEPSS consolidou-se como a principal entidade científica do Serviço Social brasileiro, articulando a produção de conhecimento, a formação profissional e o compromisso ético com a realidade social. Ainda que desafios permaneçam — como a necessidade de incorporar com mais vigor os debates sobre as relações étnico-raciais e de gênero —, é inegável que o III CBAS e a transição para a ABEPSS marcaram um ponto de inflexão fundamental na construção de um projeto profissional comprometido com a emancipação humana

Diretrizes curriculares e a consolidação do projeto crítico

A consolidação do projeto crítico no Serviço Social brasileiro, que teve no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) um marco histórico, encontrou nas Diretrizes Curriculares um instrumento estratégico para reconfigurar a formação profissional de acordo com os princípios da crítica social, da historicidade e da luta por justiça social. O processo de construção dessas diretrizes remonta ao fim da década de 1980, mas encontra seu



ápice nos anos 1990, quando a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) assume, de forma orgânica, o compromisso com uma proposta formativa ancorada na tradição marxista e na realidade brasileira.

A aprovação do currículo mínimo de 1982 já expressava o amadurecimento político e intelectual da categoria. No entanto, conforme assinala a ABEPSS (2021), esse currículo ainda continha ambiguidades conceituais e analíticas, reflexo das disputas teóricas e ideológicas que se intensificaram ao longo da década de 1980. A necessidade de sua revisão foi assumida como prioridade pelas entidades da categoria, especialmente após o III CBAS, que, ao consolidar a virada crítica, passou a exigir uma formação profissional mais coerente com os fundamentos do projeto ético-político em construção.

Segundo a ABEPSS (2012), as Diretrizes Curriculares refletem diretamente o projeto de formação profissional almejado pela categoria e foram construídas a partir de ampla mobilização que envolveu oficinas locais, regionais e nacionais. Entre os anos de 1994 e 1996, foram realizadas aproximadamente 200 oficinas locais nas 67 unidades filiadas à ABEPSS, além de 25 oficinas regionais e duas oficinas nacionais, cujos resultados foram sistematizados e subsidiaram a redação de uma proposta básica para a formação profissional, aprovada em 1995.

Nesse processo, consolidaram-se os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão, com base em uma matriz materialista histórico-dialética. Conforme expressa a própria entidade, “a concepção que formou as diretrizes é inspirada em uma tradição cultural que, ao privilegiar a história, reconhece não ser as categorias teóricas e analíticas frutos de uma formulação autônoma e aleatória do processo de viver e pensar” (ABEPSS, 2004, p. 75).

As diretrizes buscaram romper com a fragmentação dos conteúdos e com a lógica tecnocrática herdada do período anterior, propondo uma estrutura curricular centrada na compreensão da realidade brasileira e no enfrentamento da questão social. O Serviço Social passa a ser compreendido como uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho, com mediações próprias e uma dimensão interventiva fundamentada na análise crítica da sociedade capitalista (ABEPSS, 2021).

Nesse sentido, a proposta curricular é orientada por três núcleos fundamentais: (a) o núcleo de fundamentação teórico-metodológico da vida social, (b) o núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e (c) o núcleo de



fundamentos do trabalho profissional. Cada núcleo reflete a compreensão do Serviço Social como uma profissão que se transforma a partir das transformações sociais e históricas, reafirmando a centralidade da questão social como eixo articulador da formação (ABEPSS, 2012).

Além disso, os princípios formativos estabelecidos nas Diretrizes indicam a necessidade de rigor teórico e metodológico, adoção de uma teoria social crítica, superação da fragmentação curricular, articulação entre ensino, pesquisa e extensão, compromisso ético-político com os direitos humanos e com os interesses das classes trabalhadoras, e o fortalecimento da dimensão investigativa e interventiva da prática profissional (ABEPSS, 2012, 2021).

Dentre os avanços das Diretrizes, destacamos a importância da flexibilidade curricular, onde é permitido a adaptação dos cursos à realidade regional, de modo a não comprometer a qualidade da formação. A interdisciplinaridade é apresentada como princípio, juntamente com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, consolidando uma proposta que rompe com o tecnicismo e propõe a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação social.

A elaboração das Diretrizes Curriculares também foi atravessada pelas transformações sociais e políticas da década de 1990, marcadas pela reestruturação produtiva, pelo avanço do neoliberalismo e pelas contrarreformas do Estado. Nesse contexto, o Serviço Social sofreu novas requisições, tanto no campo da formação quanto na prática profissional. A ABEPSS, ciente dessas mudanças, reafirmou a necessidade de uma formação que respondesse criticamente às novas expressões da questão social e às articulações entre o público e o privado no âmbito das políticas sociais.

Segundo a ABEPSS (2021), “o agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social”. Essa inflexão, longe de significar um recuo teórico, implicou na reafirmação da perspectiva crítica e na defesa da formação pública, de qualidade e socialmente referenciada.

Vale lembrar que, apesar da abrangência e profundidade da proposta apresentada ao Ministério da Educação, o documento final não foi aprovado em sua totalidade, sofrendo cortes e adaptações que comprometeram algumas das competências e habilidades originalmente defendidas pela ABEPSS/ABEPSS. Ainda assim, como observa Boschetti

(2011), a consolidação da ABEPSS como entidade científica e política foi fundamental para garantir a resistência às contrarreformas e para sustentar a direção política da formação profissional no país.

A reformulação curricular e a reestruturação da entidade caminharam juntas. A transformação da ABESS em ABEPSS, ocorrida formalmente entre 1997 e 1998, refletiu a maturidade da categoria e a incorporação plena da dimensão científica no campo da formação. A nova entidade passou a atuar de forma mais orgânica junto à pós-graduação, à pesquisa e à produção de conhecimento, incluindo a criação de Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), como o GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”, que ampliaram o escopo dos debates profissionais.

Em síntese, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS representam um dos pilares do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, articulando fundamentos teóricos, princípios éticos e estratégias pedagógicas voltadas para a formação de um profissional crítico, ético e comprometido com os interesses das classes populares. Sua elaboração e implementação reafirmam o esforço coletivo da categoria em consolidar uma profissão ativamente inserida nas lutas sociais, comprometida com a democracia e com a emancipação humana.

Avanços, limites e omissões (questão racial e outros desafios)

A consolidação do projeto crítico no Serviço Social brasileiro, especialmente a partir do III CBAS e da posterior institucionalização das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, representa um marco fundamental na reconfiguração teórica, ética e política da profissão. Contudo, mesmo com os avanços inegáveis no campo da formação e da prática profissional, persistem lacunas significativas na incorporação de dimensões estruturantes da realidade brasileira, entre elas, a questão racial.

Ainda que o Serviço Social tenha passado por um processo intenso de renovação crítica, alinhado à perspectiva histórico-dialética e ancorado nas lutas das classes trabalhadoras, a dimensão racial não foi incorporada de forma expressiva e sistemática nesse processo. Como aponta Ferreira (2010), “a questão racial sempre esteve presente na profissão do serviço social, embora inicialmente apenas como uma característica da clientela”. Isso revela a forma superficial como o racismo e a estrutura racial brasileira foram historicamente

tratados pela profissão, muitas vezes reduzidos a um dado sociológico, e não como elementos constituintes da questão social.

Mesmo no contexto da virada crítica e das amplas transformações institucionais pelas quais passaram entidades como o CFESS, a ABESS e posteriormente a ABEPSS, a aproximação com movimentos sociais negros foi tímida. Apesar de o projeto ético-político professar o compromisso com os setores subalternizados da sociedade, esse compromisso não se traduziu, de forma consistente, em uma crítica antirracista. Segundo Almeida (2015), o Brasil viveu na década de 1980 um momento de efervescência política protagonizado pelo Movimento Negro e pelo Movimento de Mulheres Negras, especialmente no período constituinte. Foi nesse contexto que se aprovou a Lei Federal n.º 7.716/1989, a chamada “Lei CAÓ”, que criminalizou o racismo, posteriormente atualizada pela Lei n.º 9.459/1997.

Mesmo com essas importantes vitórias legais do movimento negro, a categoria profissional do Serviço Social, como demonstram os registros históricos, não acompanhou com igual intensidade tais pautas. A autora destaca que, no âmbito da ABESS/ABEPSS, “não encontramos informações que indiquem uma aproximação ou similaridade desse debate, mesmo diante da preocupação já amplamente demonstrada pela entidade com a formação profissional” (Almeida, 2015, p. 110). A omissão diante da pauta racial revela escolhas teórico-políticas que privilegiaram a centralidade da classe como categoria explicativa, muitas vezes em detrimento de outras formas de opressão estrutural, como o racismo e o sexismo.

Ainda que os anos 1990 e 2000 tenham representado uma ampliação do escopo das Diretrizes Curriculares e da atuação da ABEPSS, com o fortalecimento dos princípios da interdisciplinaridade, pluralismo e defesa dos direitos humanos, o debate racial continuou marginalizado. Conforme destaca o próprio documento das Diretrizes, “o processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social” (ABEPSS, 2021), mas o entendimento do que constitui essa questão social nem sempre incluiu, de maneira crítica, o legado do racismo estrutural herdado da escravidão e naturalizado na formação social brasileira.

Esse apagamento não se dá por ausência de manifestações de racismo na realidade social brasileira, mas por uma escolha teórica que posiciona o racismo como algo secundário, muitas vezes subordinado às análises sobre as determinações econômicas do capitalismo. Assim, como argumenta Ferreira (2010), a ausência do debate racial no serviço social, expressa “posicionamentos ideológicos racistas”, ainda que não assumidos como tais.





A própria atuação da ABEPSS, mesmo após seu fortalecimento como entidade científica e política, apresenta esse limite. Apesar de acompanhar importantes transformações no país, inclusive no processo de redemocratização, não observamos uma conexão com o movimento negro, ou uma aproximação ao debate da lei 10639/2003, mesmo sendo o movimento negro de histórico combativo e sua contribuição decisiva para as conquistas democráticas da Constituição de 1988.

Foi apenas recentemente que a entidade começou a criar mecanismos institucionais para enfrentar essa lacuna. Um marco importante foi a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), entre eles o de “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”. Esse grupo tem buscado resgatar o debate racial dentro da formação e da produção acadêmica da profissão, promovendo atividades e reflexões que enfrentem criticamente as omissões históricas. Ainda assim, trata-se de uma iniciativa recente e que carece de maior articulação com as demais frentes da formação e da prática profissional.

Essa ausência, no entanto, não se restringe ao debate racial. Outros desafios também se colocam para o Serviço Social brasileiro contemporâneo. Entre eles, a ampliação das formas de precarização do trabalho do assistente social, o avanço das políticas neoliberais que fragilizam os direitos sociais e o crescimento do conservadorismo no cenário político nacional. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 2021, ao reafirmarem os princípios do projeto ético-político, também denunciam essas ameaças, destacando que “o agravamento da questão social [...] determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social” (ABEPSS, 2021).

Diante desse cenário, é imprescindível que a categoria profissional avance na incorporação de uma perspectiva verdadeiramente interseccional, capaz de articular classe, raça, gênero e outras dimensões da vida social como elementos constituintes da realidade a ser enfrentada. O projeto ético-político não pode prescindir de uma crítica radical ao racismo, ao sexismo e à LGBTfobia, sob pena de esvaziar seu próprio compromisso com a emancipação humana.

É necessário, portanto, retomar a tradição crítica com novos questionamentos. Como propõe Netto (1992), “a prática social crítica deve estar em constante diálogo com a teoria, ajustando-se às novas realidades e demandas sociais”. Esse ajuste deve incluir, obrigatoriamente, a escuta e a valorização de saberes e práticas oriundos dos movimentos



negros, feministas, indígenas, quilombolas e periféricos, que há décadas denunciam as múltiplas formas de opressão e propõem formas alternativas de sociabilidade.

A crítica ao racismo no Serviço Social deve também se traduzir em mudanças concretas na formação. Isso implica revisar conteúdos programáticos, incluir autores e autoras negras nas bibliografias, problematizar a branquitude como estrutura de poder, e adotar uma pedagogia antirracista que reconheça e valorize os saberes negros e indígenas. Como aponta Almeida (2015), “a criminalização do racismo, embora importante, não é suficiente para dismantelar uma estrutura de dominação racial profundamente enraizada na sociedade brasileira”.

Por fim, é fundamental compreender que os limites e omissões do projeto crítico não anulam seus avanços, mas indicam a necessidade de sua permanente atualização. O Serviço Social brasileiro tem em sua história marcas de resistência e reinvenção, e é a partir dessas marcas que pode — e deve — enfrentar seus próprios silenciamentos. Reconhecer nossa omissão histórica quanto à questão racial é um passo importante para aprofundar o compromisso com uma formação antirracista.

Considerações Finais

A formação profissional em Serviço Social no Brasil foi marcada por disputas entre projetos político-pedagógicos. Desde o início do projeto confessional da ABESS até o projeto crítico da ABEPSS, houve tensões internas e mudanças estruturais no país.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, foi crucial para romper com paradigmas conservadores, consolidando um projeto crítico baseado na emancipação humana. As Diretrizes Curriculares refletem uma nova orientação, onde defendendo-se ensino, pesquisa, extensão de modo interligado e a questão social como objeto de estudo do serviço social.

Apesar dos avanços, a questão racial foi marginalizada por décadas. A centralidade da classe social prevaleceu sobre outras formas de opressão. Mesmo com a mobilização do Movimento Negro, a dimensão racial não foi substancialmente incorporada nas diretrizes e produções da profissão.

O silenciamento teórico e político é resultado de escolhas internas que priorizaram o materialismo-dialético. Ferreira (2010) e Almeida (2015) destacam que essa omissão expressa posicionamentos ideológicos que precisam ser revistos criticamente.





Os avanços recentes, como os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS e o debate sobre interseccionalidades, são oportunidades para revisitar o projeto ético-político, reconhecendo os limites históricos e potencializando a capacidade de reinvenção da categoria.

A virada crítica rompeu com fundamentos conservadores, mas ainda precisa incorporar as múltiplas expressões presentes na sociedade brasileira. Parta tal, é necessário reformular práticas pedagógicas, valorizar saberes marginalizados e produzir uma crítica antirracista, feminista e popular.

Referências

ABEPSS (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL). Diretrizes curriculares da ABEPSS para o curso de graduação em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2012.

ABEPSS (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL). Diretrizes curriculares da ABEPSS para o curso de graduação em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2015.

CBCISS (CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇO SOCIAL). Seminário de Teorização do Serviço Social de Araxá. Rio de Janeiro: CBCISS, 1986.

FERREIRA, Camila Manduca. O negro na gênese do serviço social (Brasil, 1936–1947). 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de Souza. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. São Paulo: Cortez, 1992.

VIEIRA, Balbina Ottoni. Formação profissional: memória e desafios. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 12, p. 55–67, 1977.

